
O Estado nas guerras de memórias dos 50 Anos do Golpe Militar

Allyson Viana Martins ¹

Resumo: Os historiadores recorrem aos jornais como representantes da realidade histórica de determinada época, o primeiro rascunho da sociedade. Este artigo discute o papel do jornalismo na constituição e na estabilização da história do Regime Militar, através dos embates mnemônicos nas produções sobre o período histórico recente mais controverso do país. Detemo-nos no especial sobre os 50 anos do Golpe Militar produzido pelo *Estadão*, com o objetivo de desenvolver melhor os procedimentos metodológicos de observação e descrição dos fenômenos das guerras de memórias. Constatamos que as memórias pessoais não são mais priorizadas do que as informações enciclopédicas e os documentos históricos e, quando aquelas aparecem, elas se legitimam pela própria vivência dos personagens através da vitimização e sensibilização, isto é, da exposição de seus dramas e problemas.

Palavras-chave: Guerras de memórias; midiaticização; *Estadão*; Regime Militar.

Abstract: The historians turn to newspapers as representatives of the historical reality of a given time, the first draft of society. This paper discusses the role of journalism in the formation and stabilization of the history from Military Dictatorship, through the mnemonics conflicts in the productions about the most controversial recent historical period of the country. We dedicate ourselves in special on the 50th anniversary of Military Coup produced by *Estadão* in order to better develop the methodological procedures of observation and description of the phenomena from wars of memories. We found that personal memories aren't prioritized more than encyclopedic information and historical documents and, when those appear, they are legitimated by their own experiences of the characters through victimization and awareness, ie, exposing their problems and dramas.

Keywords: Wars of memories; Mediazation; *Estadão*; Military Dictatorship.

¹Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom) e professor substituto na Faculdade de Comunicação (FACOM) da UFBA.

O Brasil experimenta uma discussão sobre a conformação da sua história, com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) como principal mediador desse processo não apenas nos ambientes políticos, mas em diversos âmbitos sociais. Algumas caixas-pretas do período do Regime Militar são reabertas, rediscutidas e até substituídas. A pesquisa sobre interface entre memória-mídia-história não poderia parecer mais pertinente e necessária, pelo momento especial que vivencia a sociedade brasileira, com o constante debate sobre sua memória e história. E, atualmente, os meios de comunicação aparecem em posições proeminentes para os estudos da memória, em conformidade com a noção de sociedade midiaticizada e com a atenção dedicada pela noção das guerras de memórias. Desta forma, não de maneira inocente, as lembranças e os esquecimentos seriam estimulados e engendrados pela mídia a fim de criações de novas estabilizações. Um jogo de controvérsias e embates.

O Regime Militar no Brasil aparece em livros, na mídia, na política, em debates cotidianos como um dos períodos mais controversos da história recente do país. Em 31 de março de 1964, os militares, com apoio de parte da população e da mídia, realizaram uma movimentação pública até o dia seguinte, que culminou na instauração do seu regime, que durou 21 anos, até 1985. No primeiro dia do Regime, João Goulart, o presidente deposto, refugiou-se no Uruguai. Esse fato ficou conhecido como Golpe de 1964, sendo esta nomenclatura atualmente legitimada atualmente, embora alguns seus apoiadores prefiram lembrar aquela data fatídica como uma revolução, ou mesmo contragolpe e contrarrevolução. Isso porque, na visão de parte dos agentes militares e de seus apoiadores, eles estavam salvando o Brasil de uma iminente ditadura comunista. Esse regime autoritário de esquerda estaria emergindo com João Goulart ‘Jango’ e Leonel Brizola. Outra justificativa era a considerada fraqueza política de Jango, então, presidente do país.

Uma boa parte dos agentes que perpetraram o Regime Militar da direita defende que aquele era para ser um período transitório, que acabou se estendendo por causa dos militantes de esquerda (armada), muitas vezes identificados como terroristas e guerrilheiros. Esses defensores chegam a dizer que o período dentro do Regime de maior violência ocorreu como uma resposta às ações das esquerdas que cresciam no país, embora Cardoso (2012) explique que essa assertiva não possa ser considerada completamente, pois havia violações de direitos humanos – com

censuras, prisões, torturas e assassinatos – desde 1964. Os galpões do regime não se restringiram a um curto período mais violento.

A memória está longe de ser um processo estático. As lembranças e os esquecimentos (ou silenciamentos) que fazem parte de sua estrutura não ocorrem de maneira inocente, mas por meio de disputas e tensionamentos para se transmitir a mensagem desejada, de modo mais ou menos consciente. A memória é, por conseguinte, um lugar de embate objetivando a estabilização de alguma perspectiva. A noção de guerras de memórias ganha destaque graças a esse processo controverso, dinâmico e não espontâneo de sua formação, especialmente em uma sociedade midiaticizada, na qual o campo e os produtos comunicacionais possuem extrema influência em sua formação; existindo uma relação de forças entre as lógicas das instituições envolvidas.

A mediação realizada pelos meios de comunicação possui, portanto, um papel fundamental, servindo como local em que os conflitos podem ser observados e onde a complexidade social é constituída, não de maneira harmoniosa, mas buscando essa finalidade de estabilização. Abre-se um leque de possibilidades sob as diversas perspectivas abordadas, demonstrando-se, assim, uma temática própria para um estudo sobre guerras de memórias, com produções que enfatizam a participação dos militares e dos militantes, de todos os polos envolvidos e dos demais tons que possam existir entre eles, tendo em vista que existem debates internos em cada grupo.

Este artigo discute o papel dos meios de comunicação na constituição e na estabilização da história do Regime Militar, através dos embates mnemônicos nas produções jornalísticas sobre o período histórico recente mais controverso do país. Detemo-nos no especial sobre os 50 anos do Golpe Militar produzido pelo *Estadão*, um dos principais jornais brasileiros, tanto no período em que o Regime foi instaurado – com seu apoio, embora tenha prestado depois uma oposição ferrenha – como na atualidade. A produção está circunscrita no período em que a CNV estava instalada, de 2012 a 2014, que consideramos como propulsora para os debates mnemônicos.

Segundo Blanchard e Veyrat-Masson (2008), o jornalismo é uma das instituições dos historiadores enquanto fonte e arquivo de guerras de memórias,

considerado o primeiro rascunho da história. Benjamin Stora (2007, 2008) põe, além do cinema, a imprensa como um dos principais catalisadores de memória na sociedade, trabalhando com as representações e os imaginários dessas guerras. Veyrat-Masson (2008) enfatiza, além da TV e do cinema, a imprensa como um vetor da memória coletiva, responsável pelo modo como vemos o mundo, sendo estes os como melhores lugares onde estão as memórias e seus embates. A recente ênfase e estudos sobre as guerras de memórias tornam ainda insuficientes os procedimentos metodológicos empregados pelos pesquisadores que se apropriam do conceito, alguns não considerando a preponderância dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, como tentaram Blanchard e Veyrat-Masson (2008), Stora (2008) e Merzeau (2010). Com pouco tempo de existência e experimentação, não houve tempo de maturação para sua sistematização mais adequada.

Embate das memórias conflituosas

A utilização do termo *guerras de memórias* teve início na França com o artigo do pesquisador Daniel Lindenberg em 1994, porém, foi mais de uma década depois que o historiador Benjamin Stora (2007) estruturou de modo mais sistemático as ideias sobre essa noção. A obra organizada por Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson (2008) estreitou ainda mais a relação *memória-mídia-história* e trouxe diversas abordagens e apropriações sobre essa perspectiva, desenvolvendo-a graças aos vários embates sobre a conformação da história e da memória nacional na França, sobretudo, por causa dos profundos conflitos de identidade. A ideia de batalhas, conflitos e embates esteve presente em várias produções, acreditando-se na existência de uma memória desenvolvida pelo Estado – especificamente, as *leis memoriais* –, em tensão com as memórias fragmentadas que emergem de todos os espaços marginalizados e silenciados. O caminho é pensar as guerras de memórias em perspectivas históricas e midiáticas.

Em 1990, os franceses veem emergir a *Lei Gayssot*, que pune aqueles que negam a existência de crimes contra a humanidade, como atos racistas, xenófobos ou antissemitas. Esta é uma das leis que Benjamin Stora (2007) e Gilles Manceron (2008) não veem como um crime contra a democracia ou contra a autonomia no ensino e na

pesquisa, ou seja, essas leis não fundam nenhuma perseguição ou restrição às funções dos historiadores e educadores. Os autores contrapõem, desde modo, as perspectivas do grupo “Liberdade para história” (*Liberté pour l'histoire*). A noção de guerras de memórias foi influenciada pela Lei Gayssot, de 1990, mas também pelas manifestações francesas, em 1992, contra a “descoberta” da América por Cristóvão Colombo. No Brasil, manifestações semelhantes também ocorreram em decorrência dos 500 anos do “descobrimento”. As obras de Stora (2007) e Blanchard e Veyrat-Masson (2008), por sua vez, foram uma resposta direta à lei da colonização positiva, mas também ao espírito da sociedade francesa, que, em 1998, realizou uma grande manifestação em Paris para celebrar os 150 anos do fim da escravidão – influente para a criação da *Lei Taubira*.

A lei da *colonização positiva*, de 2005, se tornou o marco para a rediscussão sobre as guerras de memórias na França, graças ao seu caráter autoritário de rememoração e esquecimento, possuindo uma perspectiva única e enviesada do passado. Neste mesmo ano, pesquisadores e historiadores franceses lançam o texto “Liberdade para a história” em 13 de dezembro de 2005, no jornal *Libération*, discutindo e rejeitando não apenas a Lei de 2005, mas todas aquelas supracitadas que tratam de questões históricas, pois essas leis memoriais tendem a direcionar nosso olhar sobre os fatos passados, cerceando a liberdade dos pensadores. Stora (2007) e Manceron (2008) não concordam que todas restrinjam a liberdade de historiadores e pesquisadores, como defendia o texto, especialmente porque as três primeiras leis dão conta de um reconhecimento e reparação de fatos históricos. Por outro lado, a lei do *papel positivo da colonização* estimulou a criação de outra petição, publicada em 25 de março de 2005 no *Le Monde*, que direcionava seu ataque, aparentemente de modo mais correto, apenas à lei de 2005.

As guerras de memórias representam sempre uma conjuntura perigosa, com o desenho dos meandros culturais, econômicos, históricos, militares, políticos e sociais, devendo ser discutidos à medida que ganham evidência. Esses combates se tornam perigosos quando negam as lembranças de outros indivíduos, especialmente ao assistirmos o “desenvolvimento de um modo de comunidade memorial da qual cada

um conta seus mortos e se recusa de ouvir a dor do outro”² (STORA, 2007, p. 84, tradução nossa). Aqui, como aponta Stora (2008), procuramos não cair no equívoco de colocar a memória como uma prisioneira do passado, repetindo os conflitos de outra época. Por conseguinte, a maturidade, o passar e decorrer do tempo, faz com que as obras imponham questões mais complexas e densas sobre o assunto.

A noção de guerras de memórias parte da premissa de que não há memória sem história e se alinha pela relação antagônica entre esses dois polos, na qual a memória pode ser “monopública” – representar pequenos grupos, comunidades ou pessoas –, enquanto a história não escapa de seu dever mais universalista e abrangente. As duas dimensões se entrecruzam, nutrem-se e se confrontam, mas sem possuir barreiras intransponíveis. E foi nesse entrecruzamento da história e da memória que surgiu essa noção. Com essa distinção e relação, a “guerra” parece sempre iminente, pois se pode reivindicar suas memórias e seu lugar na história oficial transmitida, do qual foi excluído; a memória seria um modo particular de preservação do passado. História e memória estão em constante interação, uma se nutre da outra, com uma relação mais direta entre as memórias e a tessitura da história, embora possa servir para a construção de outras narrativas históricas e controversas (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008).

A memória sacraliza as memórias, sob o risco da amnésia, enquanto a história seria uma construção erudita baseada em discursos críticos a partir da seleção dos fatos e de uma estrutura narrativa, sendo a história constituída também da memória. Dessa forma, a história deve se adaptar enquanto questiona e considera os movimentos das memórias. Nesse processo não haveria escravo e servo, mas uma complementaridade, ou seja, nenhuma se sobrepõe a outra. Em nossa concepção, a história seria uma representação do passado constituída por uma confluência de memórias que possuem relação entre si e realizada por agentes autorizados, enquanto a memória seria uma referência ao passado no presente, uma consciência virtual do passado no tempo presente, uma tentativa – nem sempre alcançada – de recordar algo que está ausente. “Diante de tal processo, a história não pode se

² T.N.: “développement d’une forme de communautarisme mémoriel où chacun compte ses morts et refuse d’entendre parler de la douleur de l’autre” (STORA, 2007, p. 84).

desinteressa pelos conflitos de memória, ela é uma tributária, quase prisioneira”³ (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 48, tradução nossa).

Além disso, quando uma produção é lançada, outras podem desmascará-la ou ao menos lançar uma versão particular dos fatos, isso é o que torna as guerras de memórias vivas, essa “violência das reações” (VEYRAT-MASSON, 2008). Todavia, cumpre explicitar, que observamos não somente uma multiplicação das formas de mediação, mas uma autonomia e relevância da mídia, que influencia diversos outros campos com suas lógicas internas. Quem deseja inscrever suas memórias em um meio de comunicação, deve compreender as melhores formas de fazê-lo para garantir repercussão, afinal, estabilizar é um “mantra tácito”. Como dizem Blanchard e Veyrat-Masson (2008, p. 35, tradução nossa), “cada ‘comunidade’, grupo ou coletivo tem a necessidade de reencontrar seu ‘passado’ (...) de reivindicar um lugar no espaço público”⁴.

Para Stora (2007), a memória é uma escritura da história não pode ser considerada neutra e separada das questões que influenciam no presente, no momento em que estão sendo inscritas ou mesmo abertas, descobertas ou reabertas. A memória pode ser entendida como essa capacidade de guardar (ou armazenar) dados e informações antigas, uma espécie de repositório; aqui, todavia, interessa-nos sua capacidade de lembrar (engendrada por esquecimentos) dos tempos idos que brotam no momento presente. Blanchard e Veyrat-Masson (2008) afirmam que a memória se diferencia da lembrança porque esta é uma de suas partes – completada pelo esquecimento –, sendo ainda a primeira sempre pensada no presente.

Os principais motivos para o surgimento das guerras de memórias são o esquecimento e a manipulação criados e incentivados pelo Estado; em outras palavras, a lacuna entre a história oficial e as lembranças silenciadas, que nunca travam um diálogo possível. Para o pesquisador Roger Silverstone (1999), a conformação da história contribui para apagar algumas memórias, tornando-as redundante graças às narrativas fixas e às fontes documentárias. O embate

³ T.N.: “Face à un tel processus, l’histoire ne peut se désintéresser des conflits de mémoire, elle en est tributaire, presque prisonnière” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 48).

⁴ T.N.: “Chaque ‘communauté’, groupe ou collectif a besoin de retrouver son ‘passé’ (...) de revendiquer une place dans l’espace public” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 35).

mnemônico seria uma reação ao fato de não se ter espaço na narrativa oficial da história e de não se estar representado pelas narrativas conformadas na atualidade. Em outras palavras, “a guerra é apenas uma reação/frustração por não ter o ‘seu’ lugar na narrativa nacional”⁵ (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 29, tradução nossa). Há um sentimento de injustiça, pois aquilo que se conta (e que se acredita como real e verdadeiro) não condiz ou coincide com o que alguns grupos e indivíduos se lembram daquela época ou momento. Heiko Pääbo (2008) define as guerras de memórias como uma ocasião em que grupos ou indivíduos possuem lembranças contraditórias sobre o passado, em comparação à memória coletiva oficial.

Não há guerras de memórias sem o processo de mediação e transmissão (ou esquecimento) dos meios de comunicação; são eles que ampliam a crise, os embates das lembranças. A mídia se comporta como um catalisador dos embates, tornando-se o local em que os conflitos podem ser conferidos e engendrados. De um lado, haveria “a pressão da opinião pública (demanda social), do outro, dos detentores do ‘conhecimento’ (o passado institucional)”⁶ (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 36, tradução nossa). De acordo com Louise Merzeau (2010, p. 2, tradução nossa), o “seu modo de difusão [*na internet*] promove a expressão de minorias. As memórias dissidentes ou relegadas para as margens da história oficial são, assim, no espaço de rede de expressão, raramente concedidas pelas instituições memoriais e pelos meios de comunicação de massa”⁷.

Os meios de comunicação aparecem, nessa perspectiva, como principais catalisadores das memórias, com o cinema cumprindo um papel central na constituição de imaginários, histórias e caixas-pretas, especialmente no tocante às controvérsias mnemônicas, como demonstram as pesquisas de Stora (2007, 2008). O cinema traria um discurso que “toca a razão e o coração”, seria um espaço onde “não

⁵ T.N.: “La guerre ne serait qu’une réaction-frustration de ne pas avoir « sa » place dans le récit national” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 29).

⁶ T.N.: “D’un côté, la pression de l’opinion (la fameuse demande sociale) et de l’autre celle des détenteurs du ‘savoir’ (les institutionnels du passé); c’est entre ces deux rives de la mémoire-histoire que flirte l’enjeu médiatique” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 36).

⁷ T.N.: “Son mode de diffusion favorise l’expression des minorités. Les mémoires dissidentes ou reléguées aux marges des histoires officielles trouvent donc sur le réseau un espace d’expression qui leur est rarement concédé par les institutions mémorielles et les mass media” (MERZEAU, 2010, p. 2).

é só possível um confronto ideológico em torno da condução da guerra, mas também um caso de afetos, paixões, espaços autênticos de paisagens reais”⁸ (STORA, 2008, p. 265, tradução nossa). E esses embates existem porque se busca uma interação com o passado, um sentido com o presente e um desvio da angústia futura, sendo dever da história escutar constantemente as memórias em movimento e questionar suas constituições. De acordo com Stora (2007), vivemos uma fase de confrontação e, para construir o futuro, paramos de ficar rememorando o passado.

A mídia torna visíveis os conflitos mnemônicos os encenando. No entanto, não se trata simplesmente de refletir, como espelhos, essas memórias, mas de desenvolvê-las e estimulá-las, conforme aponta Stora (2008); os meios não são apenas caixas de ressonâncias, canais por onde passam as memórias sem nada modificar ou criar. Dessa forma, as abordagens das guerras de memórias consideram essa centralidade ao problematizar a relação memória-mídia-história, pois “não existe ‘guerras de memórias’ sem que se coloque a questão da transmissão (esquecimento ou caráter inaudível) e da mediação, quer dizer, da midiaticização (em sentido amplo)”⁹ (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 21, tradução nossa).

As questões debatidas sobre as guerras de memórias acontecem em níveis mundiais, especialmente para debater escravidão, nazismo, colonização e regimes ditatoriais. Portanto, podem ser observados em diversos países e situações, como esclarecem Stora (2007) e Blanchard e Veyrat-Masson (2008). Deste modo, o momento vivenciado pelo Brasil parece oportuno para o estudo, algo já pesquisado na Argentina e no Chile, de acordo com Blanchard e Veyrat-Masson (2008). Aqui, estudos dessa estirpe enfatizam o período do Regime Militar (1964-1985) como época propícia para essa discussão. Mesmo que muitos autores não utilizem essa noção *ipsis litteris*, observamos suas prerrogativas em diversas pesquisas (CARDOSO, 2012; FICO, 2004; MARTINS FILHO, 2002; ROLLEMBERG, 2006; SCHMIDT, 2007; TEDESCO, 2012). Ainda que não seja o único espaço para a conformação das

⁸ T.N.: “N’est pas seulement affrontement idéologique possible autour de la conduite de la guerre, il est aussi affaire d’affects, de passions, d’espaces authentiques, de paysages vrais” (STORA, 2008, p. 265).

⁹ T.N.: “Il n’existe pas de ‘guerres de mémoires’ sans que se pose la question de la transmission (oubli ou inaudibilité) et de la médiation, c’est-à-dire de la médiatisation (au sens large)” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 21).

memórias, para os autores supracitados, a mídia se torna o catalisador central desse processo conflituoso com vistas à constituição da história.

No tocante às leis, podemos considerar que foi apenas recentemente que uma lei brasileira se tornou real agente das guerras de memórias, conforme perspectiva de Manceron (2008): a lei para a criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no final de 2011, mas regulamentadas e em vigor apenas em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724, com a Comissão sendo instalada. O seu objetivo é investigar e tornar públicas as violações de direitos humanos de 1946 e 1988 cometidas pelos agentes do estado no Brasil – com atenção especial ao período do Regime Militar (1964-1985).

A intenção da comissão é efetivar o direito à memória nacional e à verdade histórica, apenas no âmbito da investigação e divulgação dos dados, não tendo nenhum poder punitivo – nem sugestivo para punição; durante os dois anos de averiguação, os integrantes terão acesso a todo documento e arquivo em poder do estado, além de convocar para depor – de modo não obrigatório – vítimas e acusados. Todavia, até sua aprovação no final de 2011, o texto teve várias mudanças, sobretudo por causa dos militares, que exigiam a inserção da luta armada pelos movimentos de esquerda na averiguação e temiam um revanchismo e visão unilateral dos fatos. A CNV deve divulgar os desaparecimentos forçados, mortes, ocultação cadáveres e torturas, além de identificar e tornar de conhecimento geral as circunstâncias, as estruturas, as instituições e os locais relacionados às violações de direitos humanos, bem como mudar partes da história oficial encobertas pelos militares.

Deste modo, a partir da CNV, percebemos um momento propício para um estudo das guerras de memórias, sobretudo numa época em que os meios de comunicação ganham destaque e relevância na sociedade (mediatizada). Em 2014, além da celebração dos 50 anos do Golpe Militar e dos 30 anos das Diretas Já, a Comissão lança um livro¹⁰ sobre as descobertas realizadas nesses dois anos de implementação, funcionando como uma “escuta” para todos que vivenciaram esse período conturbado recente de nossa história. E como defende Pollak (1989, p. 6),

¹⁰ A CNV atuaria até maio de 2014, quando entregaria seu relatório, contudo, o artigo 25 da medida provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013, adiou para o mês de dezembro a conclusão de todas as atividades.

“para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.

No Brasil, os estudos sobre guerras de memórias focam, principalmente, o período do Regime Militar, ainda que a maioria dos autores não aproprie exatamente dessa noção, mas de algumas das suas concepções basilares como Cardoso (2012), Fico (2004), Martins Filho (2012) e Rollemberg (2006), Schmidt (2007) e Tedesco (2012), que chegam a usar até expressões para se referir a esses processos memoriais como guerras, batalhas e confrontos. A imprensa e os demais produtos midiáticos trazem perspectivas conflitantes sobre o Golpe Militar, opondo a visão governamental dos agentes militares às das vítimas e dos seus familiares. O papel dos jornalistas se tornou tão fundamental que os livros do jornalista Elio Gaspari estão entre os mais comentados nos anos recentes (SCHMIDT, 2007), sendo reeditados em 2014.

A memória pode ser utilizada para refazer o passado, reescrevendo-o a partir da intenção e dos desejos dos envolvidos. No caso do Regime Militar brasileiro, de um lado, militantes podem omitir ações que para alguns não seriam legítimas, como sequestros e atividades de guerrilha, mesmo justificadas; de outro, os militares tendem a silenciar informações como torturas, sequestros e assassinatos (CARDOSO, 2012). Normalmente, o conhecimento (das versões) da história é obtido a partir da visão dos heróis, dos reis, dos catequizadores, dos autorizados, ou seja, dos vencedores, mesmo que essa perspectiva não possa ser completamente verificada nesse período histórico recente do Brasil (ROLLEMBERG. 2012). Existem embates mnemônicos, vários interesses e ideologias que brigam para conseguir transmitir sua mensagem para as próximas gerações, seja verdadeira ou não. A intenção é sempre “encaixapretar” suas memórias e torná-las oficiais, a única história autêntica e possível. Para Blanchard e Veyrat-Masson (2008, p. 42, tradução nossa), “a memória é uma ‘arma’ que exhibe a política para fixar ‘sua’ linha de partilha ideológica”¹¹.

A história nunca é contada de modo inocente ou espontânea, sem interesse. Toda memória é corrompida em alguma instância pelos interesses dos actantes que buscam essas harmonizações, sejam elas coletivas ou individuais, nacionais ou regionais. A memória nunca pode ser concebida como neutra – mesmo a dos

¹¹ T.N.: “La mémoire est aujourd’hui comme hier une « arme » qu’exhibe le politique pour fixer « sa » ligne de partage idéologique” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 42).

vencidos e a daqueles que não parecem possuir interesse direto na constituição da história oficial –, pois é sempre um processo dinâmico e seletivo, conforme explica João Tedesco (2012). Nas palavras de Blanchard e Veyrat-Masson (2008, p. 29, tradução nossa), “a memória certamente satisfaz uma necessidade, mas também é parte de um processo de produção que funciona segundo uma relação de força evidente”¹². A memória é formada por um processo conflituoso, manipulado, decorrente do confronto de uma pluralidade de grupos e de mediações, ou seja, nunca é unificada. Stora (2007) vai dizer que sempre somos obrigados a escolher um campo, a estar inseridos na lógica dessas guerras mnemônicas.

Apesar de a memória possuir essa característica mutante e dinâmica, fazendo surgir conflitos e embates em torno da memória oficial, essa especificidade faz com que longos silêncios se esfaquem e não permite que se tornem esquecimentos eternos. Ainda assim, não podemos negar que a memória, em algumas ocasiões, ajuda a tornar mais longa a “amnésia dos antecessores” (BLANCHARD E VEYRAT-MASSON, 2008), especialmente quando o controle social ocorre por meio da coerção administrada ou respaldada pelo Estado. O seu primeiro modo de alcançar as estabilizações é por meio das leis, além de formas tradicionais como museus, livros e meios de comunicação.

Embora o silêncio sobre o passado possa conduzir ao esquecimento, o pesquisador Michael Pollak (1989, p. 6) acredita que “as fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”; ou seja, os silenciamentos são apenas uma forma de resistência de uma sociedade impotente diante da opressão do Estado. Pela perspectiva da mediação, as diversas mediações, especialmente em uma cultura digital, tornam praticamente impossíveis os esquecimentos totais. Ainda assim, segundo Blanchard e Veyrat-Masson (2008), o Estado só parece mudar quando resiste muito tempo acuado.

A noção de guerras de memórias é bastante desenvolvida por autores franceses, graças aos vários embates sobre a conformação da história e da memória

¹² T.N.: “La mémoire répond certes à un besoin, mais elle s’inscrit aussi dans un processus de production qui fonctionne selon un rapport de force évident” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON; 2008, p. 29).

nacional na França, sobretudo, por causa dos profundos conflitos de identidade, conforme verificado em Blanchard e Veyrat-Masson (2008) e Merzeau (2010). A ideia de batalhas, conflitos e embates esteve presente em várias produções, acreditando-se na existência de uma memória desenvolvida pelo Estado, sempre em tensão com as memórias fragmentadas que emergem de todos os espaços marginalizados e silenciados. Stora (2007, p. 74, tradução nossa) acredita que vivemos um período em que todos querem expor sua dor e seus sofrimentos, “todo mundo quer mostrar, revelar e provar suas feridas”¹³.

Quando muito tempo se passa, ou a memória é totalmente esquecida, ou o silenciamento é muito longo para calar os envolvidos diretamente com o fato, o que não impede de seus sucessores ou descendentes tomarem seu lugar nessa guerra, denominada por Blanchard e Veyrat-Masson (2008) de “memória transgeracional” (*mémoire transgénérationnelle*). Esse tipo de memória é tão relevante que, na primeira vez que trata do termo guerras de memórias em seu livro, Stora (2007) diz que elas nunca cessam porque sempre estarão vivas ao menos nos segredos familiares. Ainda em suas palavras, “os filhos de imigrantes são portadores da memória anticolonial muito poderosa de seus pais”¹⁴ (STORA, 2007, p. 44, tradução nossa).

O Regime Militar no Brasil apresenta a peculiaridade de que os militares não conseguiram impor sua versão da história e sua memória como a oficial, ainda que tenham desestruturado os grupos de esquerda no início. Com os militares percebendo e acreditando que a esquerda venceu esse confronto das lembranças, muitas de suas produções são destinadas a se contraporem às publicações dos militantes. As estratégias para buscarem legitimidade ocorrem através do suporte dos relatos em documentos, fotografias, notícias geradas pelos próprios agentes ou seus apoiadores, conforme pode ser observado nas análises do livro de Lucileide Cardoso (2012). Na pesquisa de Cardoso (2012) fica claro que os militantes procuram legitimar suas memórias a partir de uma oposição com um confronto direto às lembranças dos militantes. Conforme esclarece Schmidt (2007), pode-se verificar o embate, de

¹³ T.N.: “Tout le monde veut montrer, dévoiler, prouver ses blessures” (STORA, 2007, p. 74).

¹⁴ T.N.: “Les enfants d’immigrés sont porteurs de la mémoire anticoloniale très puissante de leurs pères” (STORA, 2007, p. 44).

maneira ampla e geral, de duas perspectivas diferentes: de um lado, os militares procuram o esquecimento e o silenciamento dos fatos, procuram “virar a página”; enquanto os militantes deixam a “cicatriz aberta”, sempre que possível relembrando os acontecimentos dos tempos idos.

Os militares buscam o esquecimento, sobretudo das torturas, dos assassinatos e da violação dos direitos humanos. Esquecer concilia. Para João Tedesco (2012), é comum os regimes totalitários temerem a memória dos vitimados, fazendo com que adotem o máximo de rituais possíveis a fim de criar uma identidade nacional. Com os 50 anos do Golpe, a instalação da Comissão Nacional da Verdade e a proliferação das memórias dos militantes, o esquecer para conciliar dos militares – observado principalmente após a finalização do Regime Militar – parece ter se modificado. A ordem agora não é mais esquecer, mas mostrar que existe outra perspectiva memorialística – não apenas a da esquerda –, como se esses agentes do poder militar não tivessem imposto uma versão da história durante os 21 anos do seu regime.

Como todas as guerras de memórias devem existir em três instâncias: atores, armas e territórios de batalha, nossa intenção é descrever como se encontram esses três aspectos nas produções jornalísticas e fílmicas sobre o Regime Militar, visando à realização de uma cartografia que implica os atores – as pessoas ou tecnologias envolvidas –, os territórios de batalha – um levantamento dos assuntos e das contradições – e as armas – os modos e as estratégias como são apresentados os assuntos pelos atores, legitimando ou não o seu discurso, isto é, contribuindo ou não para a estabilização das suas perspectivas. Em paralelo a esse momento analítico, verificaremos de que maneira os meios de comunicação estão implicados nas memórias de cada produto, principalmente como elementos legitimadores, para ratificação ou retificação. Os conteúdos desses produtos se revelam enquanto lugares de constituição de sentido, de desmascaramento de ideologias, através da revelação de suas condições de produção, das suas inscrições.

Estado das guerras mnemônicas

O especial, denominado *Tudo Sobre 1964*, traz sete matérias em destaque no slide e mais dez produções abaixo, todas com chamada acompanhada de imagem. Das 17 produções, apenas duas não trazem no destaque imagens históricas, pois são dedicadas às visões dos ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso sobre o Regime Militar e suas influências na atualidade. As seis produções ao final de página estão subdivididas em dois temas: “Censura à imprensa” e “Tortura”. Apenas uma ficou de fora de nossa análise, pois se trata da reprodução do documentário *O dia que durou 21 anos* (2012), dirigido por Camilo Tavares.

A produção que está em mais destaque, ou seja, no primeiro slide de imagens, trata exatamente das guerras de memórias amplas sobre o período, intitulada “Choque entre 2 visões de Brasil”, embora possamos afirmar que existem várias perspectivas, inclusive, dentro dos dois grandes grupos: militares e militantes. Na reportagem, é colocado o embate entre comunismo e capitalismo, o que faz sentido porque a segunda reportagem de maior destaque enfatiza a participação americana no Golpe de 1964. A intervenção militar ganhou força por causa dessa dicotomia, o que legitimaria a sua perspectiva, isto é, de que o comunismo poderia conseguir, enfim, ser implementado no país, que todos corriam esse “risco”. Ainda assim, o jornalista inicia dizendo que é “quase sempre arbitrária e discutível a definição do momento desencadeador de um acontecimento histórico”, deixando implícito com o texto que diversos fatores influenciaram a tomada de poder pelos militares.

O foco do texto é o ex-presidente João Goulart, deposto em 1964. O texto procura expor as ambiguidades de Goulart, pois ele possuiria apego popular, embora fosse de uma família rica de fazendeiros, definindo seu perfil como “trabalhista híbrido” e “líder indeciso”, reiterando que esses foram os motivos pela sua “renúncia sem resistência”. Obviamente, desconsiderando a força empregada durante a intervenção militar. No texto, o Golpe de 64 começa a ser ensaiado quando Juscelino Kubitschek é considerado um pouco à esquerda, sendo sua posse assegurada pelo general Henrique Lott. A força de Jango é clara quando se elege vice novamente, mas dessa vez com um presidente conservador como Jânio Quadros, lançando o país “na roda da divergência ideológica”. Os adjetivos “excêntrico, imprevisível e intuitivo” são empregados para construir a imagem de Jânio como um presidente decente, afinal, “estava longe de ser um líder liberal no sentido clássico”.

A reportagem aponta a tentativa de não permitir que Goulart assumisse como o “segundo e mais robusto” ensaio para o Golpe de 1964. Para a manutenção de presidente, o país se tornou parlamentarista, com Tancredo Neves como primeiro ministro. Brizola, todavia, faz o presidencialismo retornar em janeiro de 1963, embora não tivesse apoio da ala conservadora, era respaldado pelas “massas trabalhadoras”, que estavam “hipnotizadas pela retórica febril de Brizola”. O jornalista chega a afirmar que a intenção era impor as reformas de base “na marra”, até com pensamento de “fechar o Congresso”, com um discurso que se aproxima aos militares, afinal, do outro lado havia uma ameaça não democrática, uma ditadura da esquerda iminente. Chega-se a falar que “bandeiras comunistas tingiam de vermelho a multidão” no comício de Jango. Ainda que em outro momento diz que o comunismo e o trabalhismo competiam entre si, portanto, Goulart não buscava instaurar uma “ditadura vermelha”.

O problema do comunismo é tratado como se a sociedade não o desejasse, sendo comprovado pela *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Jango, um dia antes de ser deposto, atacou os candidatos que recebiam financiamento dos Estados Unidos. Já neste texto é explicitado o apoio bélico dos norte-americanos à intervenção militar ou ao “golpe dentro do golpe”, no qual eles evitaram um “autogolpe” de Jango. Na produção aparecem duas imagens do Acervo do Estadão, as duas de março de 1964, antes do Golpe, sendo que a primeira é de um comício do presidente deposto e a última da *Marcha da Família* (ver Figura 1). Esse texto trouxe informações enciclopédias e fotografias históricas, não se valendo das memórias pessoais, sendo a temática principal os embates para constituição do Golpe de 1964. A estratégia foi uma narração objetiva sobre os momentos políticos pré-Golpe, com o jornalista sendo o ator que traz não a memória, mas a participação dos ex-presidentes e demais políticos.



Figura 1: Marcha da Família com Deus pela Liberdade publicada em *O Estado de S. Paulo*

Se havia alguma dúvida sobre a influência dos EUA para a intervenção militar no Brasil, o especial do *Estadão* parecia querer dirimir todas elas. Com a primeira produção falando tangencialmente sobre o assunto, a segunda traz o tema como foco, com o título afirmando que o embaixador norte-americano no país conseguiu dinheiro e poderio bélico para apoiar o Golpe. O jornalista Flávio Tavares começa enfatizando como os EUA buscaram impedir a influência da “revolução cubana” em vários países da América-Latina. O texto dá a entender que se não houvesse a polaridade entre comunista e capitalista no mundo, talvez, não tivesse o Golpe de 1964.

A narrativa leva em consideração a memória do próprio jornalista, que descreve em primeira pessoa como foi ser o último jornalista a estar com João Goulart antes de seu exílio. No dia subsequente ao Golpe, presenciou a última sessão do Congresso, na madrugada do dia 2 de abril, que durou somente três minutos para declarar que estava vaga a Presidência da República. O jornalista se coloca várias perguntas sobre o que motivou essa ação histórica, buscando motivos na esquerda e na extrema direita. Uma resposta possível ele traz a partir do livro de 1976 da historiadora Phyllis Parker, dos EUA, sobre os segredos da Operação Brother Sam, que deslocou poderio bélico do seu país para a costa brasileira, a fim de contribuir com a intervenção militar.

A política de Brizola e Goulart para combater o analfabetismo, com o Plano Paulo Freire, aumentar nacionalização das empresas de eletricidade e telefonia, além

de outras benfeitorias para a população, assustou os companheiros do presidente John Kennedy. Aqui, traz também outra memória para legitimar sua visão, o livro do militar Vernon Walters denominado *Silent Missions*, que afirma que tudo se facilitou com a morte de Kennedy, assassinado em 1963, e a sucessão do seu vice, além da rápida aceitação de Castello Branco. O embaixador norte-americano no Brasil chega a dizer que os comunistas possuem postos influentes nas Forças Armadas e que o apoio bélico tinha de chegar urgente. Concluíram que havia “o avanço comunista” no Brasil. O principal ator que aparece é a memória do jornalista que escreveu a matéria, discutindo a influência dos norte-americanos na intervenção militar. Ratifica sua perspectiva com os livros de uma historiadora e de um dos militares dos EUA, trazendo perspectivas negativas dessa influência americana e do Golpe. Sem buscar sensibilizações, mas através da vivência, o jornalista procurou ainda visões de pessoas que estavam em lugares diferentes e que deveriam se contrapor para ratificar sua perspectiva.

O jornalista José Mayrink inicia seu texto demonstrando que os militares não massacraram a oposição porque não houve confronto, mas uma confraternização, com uma visão um pouco ingênua e apenas repetindo o discurso do militar entrevistado. Afinal, não houve conflito bélico, entre outros motivos, devido ao poder desproporcional entre os dois polos, com a influência da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na intervenção militar que teve início no último dia de março. A memória dos militares Geraldo Luiz Nery e Luiz Seldon Muniz são as únicas apresentadas, com uma entrevista em vídeo feita pelo jornal. Orgulhosos de terem participado do que o jornalista também chama de “movimento”, Nery e Muniz queriam que o Regime Militar tivesse durado menos tempo, embora a recorrência à luta armada pela esquerda tenha impedido essa brevidade – justificativa comum entre os militares, conforme pode ser visto também em Cardoso (2012).

Geraldo Nery revela que, dentro das Forças Armadas, não havia consenso, com até generais presos, como Euryale Jesus Zerbini, que não liberou seus soldados para a marcha. Nery revela que Zerbini não sabia que seria preso: “Um tenente lhe disse que o general Médici o estava convidando para um cafezinho e o arrastou, pelo elevador, para a sala do comandante”. O depoimento de Muniz passa a ideia de benevolência dos militares, que não quiseram atacar os “revoltosos”, embora eles

imaginassem que isso aconteceria. No final, segundo o militar, todos se confraternizaram. Nery, por sua vez, diz que alguns militares continuaram apoiando Jango e, por isso, foram transferidos para Mato Grosso; além disso, empresários chegaram a emprestar caminhões para o exército. Essa reportagem traz uma perspectiva totalmente positiva sobre o Regime Militar, através da discussão do tema sobre os embates para constituição do Golpe de 1964. As memórias trazidas são de dois militares, em texto e em vídeo, com a revelação de dissidentes dentro do exército.

A entrevista com Sarney realizada pela jornalista Laura Greenhalgh, em texto e vídeo, inicia com uma aparente contradição do ex-presidente, pois conduziu o país ao retorno da democracia, ao mesmo tempo em que apoiou o Golpe de 1964. Ao falar do período do Regime Militar, Sarney revela o que funcionou e deu errado naquele período, sobretudo por que o Golpe deu certo, tendo em vista que os militares já haviam tentado tomar o poder após a renúncia de Jânio Quadros. Segundo o político, foram primordiais para a tomada de poder: Castello Branco com seu apoio de uma ala menos conservadora; o interesse dos Estados Unidos, que interferiram também na política de países como Argentina, Peru e Equador; e, principalmente, o erro de João Goulart ao fazer discurso de sublevação contra os superiores das Forças Armadas. Toda a produção se baseia apenas nas memórias do ex-presidente.

Embora fosse da base aliada dos militares, diz que não sabia o que estava acontecendo, pois o país passava por momentos difíceis, de grande insatisfação e agitação. Inclusive, dias antes da intervenção militar, fez um discurso na Câmara dos Deputados pregando pela conciliação entres os polos de oposição na política brasileira. Apresenta os embates no próprio governo militar, através da sucessão presidencial, com discordâncias tão preponderantes que poderiam ter levado Castello Branco a ser deposto. O ex-presidente possui um discurso de vitimização, afirmando como foi praticamente obrigado a ser contra Jango, pois este era apoiado por Vitorino Freire, um de seus inimigos políticos históricos do Maranhão, demonstrando o medo de cassação permanente por ter sido contra os militares da linha dura, como Costa e Silva e Médici, além da extrema responsabilidade adquirida com a morte prematura de Tancredo Neves, tendo de assumir a presidência “para ser deposto”, e do arrependimento por ter continuado após a finalização real dos governos militares.

A entrevista traz apenas as memórias de Sarney para tratar do período do Regime Militar, colocando-se como vítima e utilizando sua própria vivência para buscar as estabilizações, apontando defeitos e qualidades da intervenção militar. Revela ainda oposição dentro dos próprios militares, até na sucessão presidencial, algo que não está presente nos documentos oficiais.

A jornalista Laura Greenhalgh entrevista Fernando Henrique Cardoso, colocando-o como um dos heróis da política brasileira e trazendo suas memórias em texto e vídeo. Segundo o ex-presidente, a confusão em 31 de março era tanta que não se sabia de qual lado vinha o Golpe, de Jango ou da direita, pois algumas pessoas estavam preparando um manifesto contra o golpe do presidente. Sobre João Goulart, diz que ele não assustava ninguém, pois era um tradicional populista latifundiário que nunca buscou revolução, mas o contexto da Guerra Fria favoreceu sua saída.

Fernando Henrique diz que os militares não tinham projeto e brigavam internamente, não eram harmoniosos como aparecem nos documentos oficiais. Alguns militares eram até chamados de esquerda, “o que era exagero”. Até hoje, os militares não aceitam que seu regime não seja visto como democrático, pois isso foi pelo que sempre diziam lutar. A discussão sobre o legado do Regime Militar foi realizada através das lembranças de FHC, que buscavam a sensibilização pela sua vivência e pelo seu sofrimento, exilado com mulher e filhos, com telefone grampeado, perseguido na USP e sendo quase sendo preso no enterro do próprio pai.

As vítimas, especialmente os desaparecidos, do período em que os militares estiveram no poder estão representadas no texto do jornalista Gabriel Manzano. A partir dos famosos casos de Eunice Paiva e Zuzu Angel, descreve-se uma rede de mulheres que buscavam notícias sobre seus filhos e maridos. A estratégia para convencimento dessa perspectiva negativa sobre o Regime Militar é a sensibilização através da explicitação das atrocidades cometidas pelos agentes do Estado, inclusive implicando o pai de Marcelo Rubens Paiva, um dos colunistas do jornal. Essa estratégia se junta aos enormes números das vítimas no período, aliando sensações e provas objetivas. Além das informações enciclopédicas e das leis, uma das memórias é a de um ex-procurador do Estado sobre a eficácia e importância do grupo Tortura Nunca Mais. O historiador Hugo Studart fala sobre a descoberta dos corpos da

Guerrilha do Araguaia, um dos episódios que mais vitimou militantes durante o Regime. Em 2012, 41 anos depois, a CNV, por meio de documentos entregues pela filha de um militar falecido, informou que Rubens Paiva foi assassinado por um militar que não está mais vivo.

A última matéria das principais, de Sérgio Augusto, relata tudo que havia estava dando certo no país antes do Golpe de 1964, no campo da música, do esporte, da política, da economia, da literatura, do cinema, entre outros, ou seja, enfatiza as conquistas pré-Golpe. Tudo seria interrompido pela censura, como memória negativa do período. As informações enciclopédicas, não de lembranças específicas, aparecem como nostálgicas, afinal, (quase) tudo parecia bem, o que pode ser percebido através das referências aos diversos meios de comunicação, jornalísticos ou não.

A produção de Roldão Arruda é uma miscelânea de depoimentos de pessoas que viveram o momento do Golpe de 1964, discutindo sua constituição. Com visões a favor e contra o Golpe de 1964, a estratégia para legitimidade é sempre a vivência. Nas memórias, estão presentes os campos: artístico, jurídico, militar e político. Uma das memórias apresentadas é a de Almino Afonso, ele revela que o chefe da Casa Militar do governo de João Goulart disse ao presidente que não havia nada que escapasse à rotina. A foto histórica na produção ressalta o momento em que Assis Brasil toma posse da Casa Militar no governo de Jango. O militar Luiz Gonzaga Lessa explica que estava pronto para atuar pela tropa de paraquedistas, caso fosse preciso, ou seja, se a oposição resistisse.

A atriz Nathalia Timberg explica a reação do público ao montar uma peça de contestação. O jornalista e político Fernando Gabeira explica que estava participando de uma manifestação, após sair do jornal, quando ouviu tiros no Clube Naval e percebeu que tudo estava acabado. O político Plínio de Arruda explica que no dia tinha realizado um comício e depois socorreu o filho que sofreu um acidente, o que o ajudou a negar as acusações de que estava comandando um grupo armado no momento do Golpe. O político Eduardo Suplicy disse que no dia anterior tinha realizado um debate na Faculdade sobre a situação política do país, por isso, ficou surpreso com a intervenção militar. Embora fosse contra o golpe, seus pais se mostravam a favor e haviam participado da *Marcha da Família*. Por fim, o advogado

Marcello Machado que ficou sabendo da saída de Jango estava em reunião com aproximadamente 40 líderes rurais. A discussão era sobre sindicalização.

A reportagem de Fábri Fabrini conta a história de Joaquim de Faria, que iria participar do Golpe de 1964 mesmo com apenas três meses nas Forças Armadas. O então recém-militar de 19 anos só se deu conta no futuro que fez parte de uma “revolução”. “Fui na marcha por obrigação. Hoje, iria de novo como voluntário. Se houve excessos, foi feito como deveria”, avalia com orgulho. Apenas a instância militar tem suas memórias representadas, imperou a visão positiva do que chamam de Revolução. A principal estratégia para cristalização foi pelo sofrimento da mãe ao ver o filho indo à “guerra”, além do estresse e da tensão que estavam vivendo os agentes militares. O militar Marco Felício disse que foi um dia estressante, mas tudo terminou bem, com os militares contra e a favor de João Goulart não entrando em confronto. Para Felício, hoje candidato à presidência do Clube Militar pela chapa de Brilhante Ustra, o apoio popular mostrou que estavam certos. “Foi uma volta triunfal. A cidade cheia, as pessoas nos agarrando nas ruas (...) o povo beijavam se jogava nos carros. Quando colocávamos a farda, não nos deixavam pagar nada”, lembra o militar Cupertino Guerra.

O infográfico dos 50 anos do Golpe de 1964 trata de fatos que contribuíram para a intervenção militar a partir de 1960 e só finda em 1990, quando ocorre a primeira eleição direta para presidente após o Regime Militar. Essa produção é totalmente autorreferencial, pois todo o conteúdo é baseado nas matérias publicadas no *Estado de S. Paulo*, apresentando perspectivas positivas e negativas do período. O principal ator dessas memórias é o próprio jornal, com a estratégia de (auto)legitimação, a partir do que foi divulgado por eles, portanto, pode ser confiável.

A primeira publicação é de 1960, com inauguração de Brasília e memórias de Juscelino Kubitschek, seguido pela eleição e posse de Jânio Quadro para presidente e João Goulart para vice. A fim de contextualizar a história da Guerra Fria, encontramos uma publicação sobre o russo Yuri Gagarin como primeiro homem que viajou ao espaço e outra sobre a construção do Muro de Berlim, além de medidas para restringir o tráfego nos dois lados. A renúncia de Jânio é seguida da posse de Jango e do ingresso no parlamentarismo. Até a vitória do filme *Pagador de*

Promessas, de Anselmo Duarte, em Cannes, em 1962, é lembrada. No ano seguinte é anunciada a volta ao presidencialismo. Com a pressão da oposição por causa das reformas de base, Jango solicita ao Congresso Nacional de Estado de sítio, ainda em 1963. A morte de Kennedy no final do ano facilita a ação dos EUA na América-Latina. No início de 1964, publica-se sobre a Lei de Remessas de Lucros sancionada por Jango. Em março, fala-se sobre o Comício da Central do Brasil do presidente, acompanhado da *Marcha da Família*. Enfim, acontece o Golpe (ver Figura 2) e é citado o exílio do ex-presidente no Uruguai. Ranieri Mazilli assume novamente a presidência de forma temporária e, a partir de abril, começam publicações sobre os principais fatos do Regime Militar, como cassação, eleições, bipartidarismo, promulgação dos Atos Institucionais, posse e saída dos presidentes, constituições, prisões, mortes, censura, guerrilhas, sequestro, manifestações, entre outros assuntos.



31 de Março de 1964

O golpe

O golpe militar começa com o deslocamento das tropas do general Mourão Filho em direção à Guanabara.

[Leia mais no Acervo Estadão](#)

Figura 2: Infográfico com a matéria sobre o Golpe de 1964 em *O Estado de S. Paulo*

Na primeira matéria sobre Censura à imprensa, José Mayrink fala do rompimento de *O Estado de S. Paulo* com o Regime Militar, após o cancelamento das eleições presidenciais. O texto inicia justificando o motivo pelo qual o jornal apoiou a intervenção militar, a saber, a possibilidade de Jango dar um Golpe igual ao realizado por Getúlio Vargas, ou seja, eles teriam apoiado um “contragolpe”. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal, chegou a declarar: “em defesa da democracia, sou um conspirador”. Apesar de tom condescendente em alguns momentos, a publicação traz uma visão negativa do período, pois ele não foi o que se prometeu. O principal agente mnemônico foi a família Mesquista, com a instância midiática salientada, ou seja, predominância autorreferencial.

A estratégia é colocar os mandatários do jornal como vítimas e enganados, tudo por que “estavam prontos para dar a vida pelo Brasil”, defender o regime democrático, afinal, foram enganados ao acreditar que o Regime Militar não seria uma ditadura autoritária. A vitimização continua, pois só apoiaram a deposição de Jango porque ele descendia politicamente de Vargas, que havia censurado o jornal e exilado os proprietários nos anos de 1930. Apostavam que os militares chamariam as eleições diretas, que a intervenção seria breve. Os militares da linha dura começaram a interferir no governo de Castello Branco e o rompimento total veio com a promulgação do AI-2, em 1965.

Continuando a série ainda com José Mayrink, a segunda publicação diz que a ordem no Grupo Estado era que os jornalistas continuassem atuando normalmente, que fosse trabalho dos censores cortarem, não deles. No lugar dos textos censurados, o veículo publicava poemas, receitas, cartas fictícias, notícias sobre criação de animais e cultivo de flores. Como alguns leitores não entenderam o recado passado pelo jornal, resolve-se publicar partes de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, aparecendo 655 vezes (ver Figura 3). Quando perceberam, queriam saber o que tinha sido censura, por isso, ligavam para a redação.



17 de Abril de 1973
Jornal censurado

Censura prévia a periódicos.
Recusando a auto-censura, O Estado
passa a ter censores na sede do jornal
e publica versos de Camões no lugar
das notícias proibidas.
[Leia mais no Acervo Estadão](#)

Figura 3: Infográfico com poema substituindo matéria censurada em *O Estado de S. Paulo*

A primeira censura textual veio com o editorial que criticava o presidente Costa e Silva, intitulado *Instituições em frangalhos*. De acordo com a pesquisadora Maria Aparecida Aquino, em dois anos, mais de mil textos foram censurados. Houve um momento em que os censores se instalaram no jornal, antes, censuravam por telefonemas, bilhetes e lista de assuntos proibidos. Os caminhões de distribuição do Grupo Estado chegaram a ser interceptados. As memórias dos donos do Grupo são sempre ou vitimizadas, pois a resistência de Júlio de Mesquita Filho “custou caro”, ou honradas, pois nunca cometeriam autocensura, se os censores quisessem que cortassem os textos. Em investigação pela polícia, o dono respondeu com ironia, dizendo que não escolhe o que ou sai no jornal, pois para isso existia a censura dos militares. Em 1975, pouco antes do centenário, a censura ao jornal findou, embora a situação só se regulamentasse com o fim do AI-5, três anos depois. Em 1980, ganhou recurso e foi indenizado pela União.

A última produção sobre a Censura à imprensa é uma miscelânea de produções realizadas para a Rádio Jornal do Brasil, de 1964 até 1976, que discutiam, na verdade, os fatos que precederam o Golpe de 1964 e seus primeiros dias. As memórias salientam o campo midiático através da autorreferencialidade, além da instância política e militar. Entre os extratos textuais e radiofônicos, temos a fala de João Goulart dizendo que não aceitará a tomada de poder pelos opositores, a informação de prisão de Miguel Arraes, esclarecimento do deslocamento das tropas, declaração de que a Presidência da República está vaga e eleição de Castello Branco. Com uma perspectiva negativa sobre o Regime Militar, a estratégia de divulgar publicações dos meios de comunicação contribui para a legitimação da própria perspectiva.

O primeiro texto sob a rubrica da tortura, de Marcelo Godoy, mostra um fato novo, como alguns oficiais que também foram vítimas dessa violência. Com a intensificação do combate à subversão pelo DOI-CODI, diversos militares foram interrogados. Vicente Sylvestre foi um desses agentes, pois era contra o Regime Militar instaurado. “Agente passou a ver aquele grupo como traidores que nos matariam se pudessem”, diz o a gente do DOI-CODI que não se identificou. Ao todo, 70 policiais foram presos, torturados ou mortos. Com memórias negativas apenas da

instância militar, a estratégia foi apresentar informações enciclopédicas, mas principalmente vivência para buscar uma sensibilização.

Os números sobre tortura no Regime Militar só crescem. Na matéria de Wilson Costa, as novas informações são que quase metade dos torturadores era civil. Com o jornal como um ator importante para essa perspectiva negativa do período, dados e informações oficiais são levantados para legitimação das informações passadas. O Projeto Brasil Nunca Mais aparece como fonte reveladora dos casos de tortura. A pesquisadora Martha Huggins diz que a competição aumentava a tortura, com cada grupo querendo ser o ganhador. Os dados revelam que as denúncias de tortura se concentraram no governo de Médici e esses agentes, normalmente, possuíam patente alta.

Na última produção sobre tortura, Marcelo Godoy fala sobre o trabalho voluntário dos agentes do DOI-CODI. As memórias do militares revelam os atos cometidos nos porões do Regime Militar, não apenas em texto, mas em entrevistas em áudio e até em uma foto de Brilhante Ustra. O Policial Militar Nelson detalha as torturas, diz que um dos agentes matou “um cara lá de tijolada (...). Eu vi ele fazer isso e achei um negócio chato. Aí pedi minha saída de lá”, revela ainda que nunca gostou de ninguém de esquerda, mas nunca fez mal a alguém. O agente explica que ninguém era obrigado a ficar no DOI, era uma mera questão administrativa. Nelson afirma que quem matou, torturou ou sequestrou fez porque queria, de forma consciente. A agente militar Nelza não nega a participação nas operações que acabaram com seis mortes, diversas prisões e alguns desaparecidos. A depoente não demonstra arrependimento, mas orgulho: “Era uma guerra e eu estava defendendo a minha pátria. (...) um amor à pátria que sinto até hoje. Se não fosse nosso trabalho, o Brasil hoje seria uma Cuba”. A produção demonstra um caráter negativo do Regime Militar, com as memórias todas do campo militar legitimadas pela vivência dos depoentes.

Considerações Finais

As guerras de memórias no especial do *Estadão* trazem memórias pessoais, no entanto, elas não aparecem de modo exaustivo e muitas vezes os documentos

históricos e as informações enciclopédicas parecem ser priorizados, até questões como tortura buscam um equilíbrio na apresentação das memórias pessoais, com os arquivos históricos ganhando mais destaque. Essas produções não privilegiam os debates mnemônicos, as perspectivas opostas. Normalmente, a produção preza apenas por uma perspectiva defendida – seja mais próxima dos militantes ou militares –, não problematizando ou trazendo os conflitos existentes, com exceção de algumas produções, como a de Roldão Arruda, intitulada: *Depoimentos de pessoas que viveram o momento do golpe*. Ou mesmo da linha do tempo interativa com as diversas produções de *O Estado de S. Paulo*, buscando compreender os aspectos que levaram ao Golpe.

As estratégias procuram normalmente apresentar as memórias que se legitimam pela própria vivência dos personagens envolvidos, por terem participado do período. A maioria das memórias busca se legitimar pela vitimização e sensibilização, expondo os dramas e problemas vivenciados. Essa perspectiva é observada nas memórias dos ex-presidentes da república José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, de diversos militantes que foram torturados, de jornalistas que foram censurados e até de militares dissidentes. A instituição jornalística ganha relevância, com algumas publicações com a memória dos jornalistas sendo preponderante e única e em pelo menos quatro ocasiões a memória dos meios de comunicação, especialmente do próprio Grupo Estado, legitimando as histórias narradas. Ao mesmo tempo em que dão credibilidade às informações, o próprio campo comunicacional se (auto)legitima.

Os principais assuntos tratados foram da censura à imprensa, especialmente aos veículos do Grupo Estado, e da tortura, tanto nos militantes como em militares dissidentes, a exemplo da produção de Marcelo Godoy: *Tapas, socos e choques: a tortura atinge os oficiais*. Neste caso, foram privilegiadas as memórias pessoais, dos militares que vivenciaram e sofreram as torturas, embora informações enciclopédicas e documentos históricos se complementem e contribuam para a ratificação do que foi exposto pelas memórias individuais. Além dessas duas rubricas, os diversos aspectos que permitiram a constituição do Golpe foram tratados em várias produções, sobretudo a partir dos documentos históricos, informações enciclopédicas e produções jornalísticas do período.

Apesar de apresentar resultados satisfatórios para este momento, apontamos que os procedimentos metodológicos das guerras de memórias são ainda embrionários e iniciais, por isso, propomos para trabalhos posteriores uma articulação das observações e descrições desenvolvidas pela cartografia das controvérsias, por claras aproximações teórico-metodológicas. Mais desenvolvido enquanto método de análise, esse mapeamento preza por uma extensa observação e descrição, permitindo uma verificação mais detalhada dos embates mnemônicos engendrados pelos meios de comunicação. Além dessa aproximação, as guerras de memórias já colocam no centro das suas discussões os aspectos relacionados à midiaticização, portanto, propomos também em trabalhos futuros desenvolver seus procedimentos metodológicos em articulação a este conceito.

Referências

- BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires: La France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques**. Paris: La Découverte, 2008.
- CARDOSO, L. **Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p.29-60.
- MANCERON, Gilles. La loi: régulateur ou acteur des guerres de mémoires? In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires: La France et son histoire**. Paris, La Découverte, 2008, p. 241-251.
- MARTINS FILHO, João. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Varia História**, n. 28, 2002, p. 178-201.
- MERZEAU, Louise. Guerres de mémoires en ligne: un nouvel enjeu stratégique. In: **Halshs-00488408**, 2010.
- PÄÄBO, Heiko. War of memories: explaining ‘Memorials War’ in Estonia. **Baltic Security & Defence Review**, v. 10, 2008, p. 5-28.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Editora UFSCar, 2006, p. 81-91.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007, p.127-156.

STORA, Benjamin. **La guerre des mémoires**. La Franceface à son passé colonial (Entretien avec Thierry Leclère). Paris, L'Aube, 2007.

_____. La guerre d'Algerie: la mémoire, par le cinema. In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008, p. 262-272.

TEDESCO, João. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. **Cadernos do CEOM** – Ano 25, n. 34, 2012.

VEYRAT-MASSON, Isabelle. Les guerres de mémoires à la télévision. In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008, p. 273-286.